Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou OdontoPrev), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - 14º Pavimento, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, Tamboré – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário, de acordo com a Resolução da Diretoria Coligada (RDC) 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

A Companhia possui participação, direta e indireta conforme quadro a seguir:

								Participaçã	io no capital	social (%)
_				30 de seten	nbro de 2015	31 de dezembro de 2014				
_	(Controladas		Coligadas	Controle		Controladas		Coligadas	Controle
_	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Conjunto	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:										
Clidec - Clinica Dentária Especializada Cura Dar's Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	-	-	99,9	-	-	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	99,9	-	-	-	-	99,9	-	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy)	-	51,0	-	-	-	-	51,0	-	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	-	-	99,9	-	-	-
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	-	16,1	-	-	-	-	16,1	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	60,0	-	-	-	-	60,0	-	-	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RDC 39 (ANS):										
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	-	-	-	-	25,0	-	-	-	-	-
Garcia Pedrosa Ltda. (Rede Dental)	99,9	-	-	-	-	99,9	-	-	-	-
SEGURADORA:										
Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontored)	-	-	60,0	-	-	-	-	49,0	-	-
REDE DE CLÍNICAS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA:										
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	-	49,0	-	-	-	-	49,0

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

OdontoPrev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da OdontoPrev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008, Controlada da Clidec, comercializa, no atacado e varejo, produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

G2D: constituida em 19 de dezembro de 2011, Coligada da OdontoPrev Serviços, detém uma plataforma para o agendamento *online* de consultas com profissionais da área de saúde.

Clidec Participações: constituida em 11 de junho de 2012, Controlada indireta da Companhia, que tem como acionistas a Clidec com 60% e alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papaiz com 40%.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, para operação de planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas. Em 14 de julho de 2014 a empresa, por meio do ofício nº 331/2014/DIOPE (COHAB)/ANS – processo nº 33902.415159/2014-2, obteve registro para início de sua operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rede Dental: constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada na Cidade do México (México) para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros.

Grupo Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clidec Participações, em parceria com o Grupo Fleury.

Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e de suas Controladas foi autorizada pelo Conselho de Administração (CA) em 28 de outubro de 2015.

2. Descrição das principais práticas contábeis

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal no Brasil.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS, e de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2 Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas: políticas contábeis

(a) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional, geralmente representadas por mais de 50% das ações com direito a voto ou em que retém a maioria dos riscos e benefícios originados desse investimento, segundo as regras do IFRS. As Controladas são consolidadas a partir da data pela qual o controle é transferido à OdontoPrev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio, apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados a aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. A participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram eliminados os investimentos em suas Controladas, proporcional às participações (nota 1), bem como os resultados das equivalências patrimoniais. Também são eliminados os saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre tais empresas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Coligadas

São todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, que incluia gastos com a transação até 2012.

(c) Controle conjunto (joint venture)

São todas as entidades nas quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os investimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(d) Fundo exclusivo

De acordo com o CPC 36 (R3)/IFRS 10 efetuamos a consolidação do fundo exclusivo "Bradesco – Fundo de Investimento Renda Fixa OdontoPrev" (nota 4.1.1 (b)).

2.3 Demonstrações financeiras intermediárias individuais

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Segmentos operacionais

As informações são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais (nota 18).

2.5 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são avaliados utilizandos e a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

(b) Conversão de transações e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos) e da data das transações (receitas líquidas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Ativos circulantes

2.6.1 Classificação

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 5).

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros para negociação que são classificados nessa categoria se adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo, e correspondem a aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes (notas 4.1.1 (a) e (b), e 6).

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas Controladas compreendem os créditos de operações com planos de assistência à saúde (nota 7), que correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pela venda de planos odontológicos.

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas no resultado ou à conta de provisão de prêmios ou contraprestações não ganhos (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos, significativamente, pela Companhia e suas Controladas.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações nos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado do período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.6.5).

2.6.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierarquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez (nota 4.1.3).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se há a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5 Recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada exercício, conforme critérios mencionados a seguir, se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato (inadimplência ou juros no pagamento do principal);
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado, limitada ao valor contábil que teria sido determinado se a perda por desvalorização não tivesse sido reconhecida anteriormente.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo orientações do CPC 38/IAS 39.

As perdas com clientes foram registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado. Valores que são provisionados como perda por *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como impaired. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber.

2.6.6 Despesas de comercialização diferidas (DAC – Deferred Acquisition Costs)

São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos. Esse ativo é apropriado ao resultado pelo prazo de doze meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Ativos não circulantes

2.7.1 Realizável a longo prazo

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à: (i) contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e outras provisões, (ii) provisão para perdas sobre créditos, (III) ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de Controladas incorporadas (registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e embasado em lucros tributários futuros).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

(b) Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos à cobrança do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) sobre autônomos e a majoração de alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) conforme nota 9.2.

(c) Outros créditos a receber (realizável a longo prazo)

Montante relativo aos casos de potenciais riscos identificados em processos de aquisição (nota 9.3).

2.7.2 Investimentos

Representados por investimentos em Controladas, Coligadas e Controle Conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 10).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7.3 Imobilizado

Composto, em sua maioria, por equipamentos de computação, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedade de terceiros, sendo demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida econômica estimada dos bens às taxas anuais (nota 11).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado se este for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.7.4 Intangível

(a) Ágio na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio *(goodwill)* fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (nota 12.1). É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas. É contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, as quais não são revertidas.

(b) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares e outros

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *software* são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e nos necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses (nota 12.2).

Os gastos incorridos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Valores de ágio atribuídos à marca, carteira de clientes e acordo de não competitividade são amortizados pelo método linear, pelos prazos identificados em laudo de avaliação (nota 12.2).

2.8 Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Conforme deliberação CVM 639/10, CPC 01 (R1)/IAS36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment* (nota 12.1).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Contratos de planos de assistência odontológica

A Companhia emite contratos de assistência odontológica nos quais assume risco financeiro, risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos. Em geral, define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos beneficiários.

A Companhia classificou os contratos relativos a planos coletivos pós-pagamento como "contratos de investimento", aqueles que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante (nota 4.2), na aplicação inicial do CPC11/IFRS 4, registrado contabilmente no resultado em "contraprestações líquidas" pelo valor de custo.

(a) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

A Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2014 o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de assistência odontológica vigentes na data. Este teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11/IFRS 4, deduzidos dos ativos, diretamente relacionados aos contratos de seguros, como por exemplo a DAC.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC ou os custos de aquisição até o limite de zero (ou outros ativos, como os originados de contratos de exclusividade e diretamente relacionados a contratos de seguro) e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste quando o valor da perda ultrapassar o saldo contábil desses ativos. Qualquer ativo que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente restabelecido pela Companhia em circunstâncias em que o teste demonstre resultados favoráveis em períodos futuros.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizandose as premissas da data de execução deste, não identificando qualquer insuficiência quando o resultado foi comparado aos passivos correlacionados.

2.10 Provisões técnicas

Conforme RN 322/13, a Companhia e suas Controladas constituem no passivo circulante a "provisão para prêmios de contraprestações não ganhas (PPCNG)" reconhecendo a receita conforme período de vigência contratual (nota 13.2).

Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar" (PESL) no grupo "provisões técnicas de operações de assistência odontológica" de acordo com a RN 290/12, alterada pela RN 322/13. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos" (nota 13.2).

As operadoras devem constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN 209/09, que foi subsequentemente alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 246/11 e 313/12 a "provisão para eventos ocorridos mas não avisados" (PEONA), estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia (nota 2.18 e 13.2).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Tributos e contribuições a recolher

(a) Obrigações fiscais federais

- (i) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano, e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.
- (ii) Demais obrigações fiscais federais: composta pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e COFINS as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para o PIS é constituída às alíquotas de 1,65% e para a COFINS às alíquotas de 3,0% e 4,0%, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos.

(b) Obrigações fiscais municipais

Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída às alíguotas que variam de 2,0% a 5,0%.

2.12 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões a pagar, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.13 Débitos diversos

Incluem: (i) obrigações trabalhistas; (ii) fornecedores de bens e serviços; (iii) adiantamentos de clientes; (iv) dividendos e juros sobre capital próprio a pagar; (v) outras contas a pagar.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, conforme o caso, pelo valor da fatura correspondente, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

2.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)

Os passivos fiscais diferidos cuja exigibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37, no qual apenas os processos estimados como "perdas prováveis", baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e no posicionamento do judiciário, 100% dos valores pretendidos são provisionados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o histórico, também são provisionados, equivalente a 25% do valor pretendido, os valores correspondentes ao fluxo provável de saída de caixa relacionados aos processos que possuem como objeto tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos em que a Companhia e/ou suas Controladas são partes. Tais processos por estarem diretamente relacionados com a atividade da Companhia e/ou de suas Controladas, a depender do seu resultado, podem: a) evidenciar uma falha na operação; b) indicar possível deficiência na prestação do serviço; c) macular a imagem da Companhia e/ou suas Controladas. Assim, os consideramos relevantes para fins de provisionamento.

Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pelos Órgãos de Defesa do Consumidor (ex. Procon), Agência Reguladora (ANS) e Órgãos de Classe, com aplicação de sanção pecuniária e pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos. A Companhia e suas Controladas também consideram relevantes tais processos administrativos. Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde e demais avaliações de âmbito regulatório, e os processos perante os órgãos de proteção ao consumidor e órgãos de classe podem acarretar prejuízos materiais e de imagem a Companhia e suas Controladas.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa selic).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A Companhia recompra ações de sua própria emissão para lastrear o programa de opção de compra de ações (nota 17.6), as quais são registradas como dedutibilidade das reservas de lucros.

2.17 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações efetivas

As receitas com contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento são obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente estão contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.10 e 13.2).

(b) Vendas de bens e serviços

As receitas com vendas de bens e serviços, provenientes das Controladas, (nota 18 (d)) são apropriadas ao resultado conforme regime de competência.

(c) Financeiras

Consiste nas receitas geradas pelas aplicações financeiras, atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.18 Reconhecimento do custo de serviços prestados

O custo de serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas é reconhecido no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

2.19 Benefícios a empregados e Administradores

Em relação às participações de empregados e Administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, a Companhia e suas Controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de empregados como resultado de participações, em despesas operacionais, conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19; e (ii) efetuam o cálculo e contabilização, em despesas operacionais, de todos os custos estimados de opções de compra de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações (nota 17.6), inclusive, conforme determinações contidas no documento CPC 10 (R1)/IFRS 2. A contabilização dessas despesas operacionais é em contrapartida à conta do patrimônio líquido "opções outorgadas".

A Companhia concede opções de compra de ações (*stock options*) que são exercidas em data futura e após um período de carência, cujo exercício é sujeito à permanência do beneficiário por um período determinado de tempo e prestando serviços para a Companhia (condição denominada como *vesting condition* pelo CPC 10 (R1)/IFRS 2).

Na data de outorga da opção, a Companhia calcula o valor justo de cada opção segundo a metodologia financeira, amplamente conhecida "*Black & Scholes*", levando em consideração diversos fatores, como volatilidade das ações, preço de exercício da ação, preço de mercado das ações, período de carência, taxa de desconto livre de risco, entre outros fatores. A despesa do programa de opções de compra de ações é registrada segundo o período de competência e conforme o beneficiário presta serviços para a Companhia até a data em que o instrumento de capital poderá ser adquirido pelo beneficiário.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da OdontoPrev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago até o término do exercício social, na conta "dividendo adicional proposto", até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.21 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 (nota 25).

2.22 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

O IASB publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2015, aqueles que podem ter algum impacto para a Companhia estão apresentados a seguir:

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. A norma foi aprovada e entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 15 vai substituir a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. Apesar das receitas de contratos de seguros estarem fora do seu escopo, a Companhia ainda está avaliando os efeitos que o IFRS 15 pode vir a apresentar nas suas demonstrações financeiras e na suas divulgações.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, as quais são revisadas periodicamente. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(a) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica elevado julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, inclusive as contraprestações a receber de clientes.

Atualmente, as perdas identificadas na avaliação da recuperabilidade do contas a receber, classificada no resultado em "provisão para perdas sobre créditos", representam cerca de 2,4% das receitas totais da Companhia e de suas Controladas, sendo que aproximadamente 83,6% do total das perdas provêm dos contratos individuais.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis (notas 2.7.1 (a) e 9.1).

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise e avaliação de recuperabilidade para ativos não financeiros. Na apuração de *impairment* do ágio, a Companhia emprega a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

(d) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia dispõe de contratos de planos de assistência odontológica na modalidade pré-pagamento que são classificados por similaridade como contratos de seguro em decorrência da transferência significativa de risco de seguro para a Companhia. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área em que a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia liquidará em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações (vide política contábil sobre gestão de risco de seguro e análise de sensibilidade na nota 4.2).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e instância de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25/IAS 37 (nota 16.1).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir, são gerenciados por diferentes departamentos, e contemplam uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

As políticas e estratégias são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria que foi criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

4.1 Fatores de risco financeiro

4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Em seu mercado de atuação e situação patrimonial, o risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 159/07 e RN 206/09, da ANS, alteradas pelas RNs 208/09, 290/12 e RN 322/13 para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em 30 de setembro de 2015, 93,4% (92,8% em 31 de dezembro de 2014) dos recursos estão aplicados em fundos de investimentos. Tais fundos, em sua maioria exclusivos, são impactados pelas variações na taxa de remuneração de títulos públicos do tesouro nacional (LFT e NTN-O).

Em atendimento à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008 CPC 40 (R1), a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa selic, conforme destacado no quadro a seguir:

					Consolidado		
				30 de se	30 de setembro de 2015		
	Selic (a.a) ¹	Certificados de depósitos bancários (CDBs)	Fundos de investimentos (não exclusivo)	Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	Total		
Aplicações		19.632	2.101	274.269	296.002		
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:							
Provável	15,56%	3.055	327	42.676	46.058		
Queda 25%	11,67%	2.291	245	32.007	34.543		
Queda 50%	7,78%	1.527	163	21.338	23.028		
Elevação 25%	19,45%	3.818	409	53.345	57.572		
Elevação 50%	23,34%	4.582	490	64.014	69.086		
¹ Baseada nas curvas de juros disponibilizad	las pela BM	&F Bovespa S.A.					

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) distribuição das aplicações em CDBs junto às instituições financeiras, bem como a classificação destas junto às agências de crédito:

	Consolidado				Ratings das instituições financeiras						
						Fitch		Moody's		S&P	
		Rendimento		Rendimento							
	30 de setembro	médio - %	31 de dezembro	médio - %							Nível
	de 2015	do CDI	de 2014	do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP	hierárquico1
Banco Industrial e Comercial S.A.	725	102,0%	742	107,0%	F1+(bra)	AAA(bra)	BR-1	Aa1.br	-	brA+	2
Banco Santander Brasil S.A.	18.907	101,2%	11.941	101,5%	F1+(bra)	AAA(bra)	BR-1	Aaa.br	brA-1	brAA+	2
Banco Votorantim S.A.		-	5.523	103,3%	F1+(bra)	AA+(bra)	BR-1	Aa1.br	brA-1	brAA	2
	19.632		18.206								

¹ Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado (nota 2.6.3)

(b) composição da carteira do fundo exclusivo "Bradesco - Fundo de Investimento Renda Fixa OdontoPrev":

				30 de s	etembro de 2015
Ativo¹	Descrição	Emissão	Vencimento	Consolidado	Nível Hierárquico ²
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	09/01/2015	01/03/2021	26.578	1
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	17/01/2014	01/03/2020	18.626	1
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	19/07/2013	01/03/2019	7.163	1
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	11/01/2013	01/09/2018	27.930	1
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - LFT	15/07/2011	01/03/2018	45.352	1
Titulos Públicos	Letras Financeira do Tesouro - NTN-O	15/10/2003	01/10/2015	148.620	1
				274.269	

¹Estão sujeitos ao risco país atualmente classificado como "BBB" pela Fitch.

4.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem os valores decorrentes das contraprestações, aplicações financeiras e serviços vencidos. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber e apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.6.5).

A Companhia não tem cliente que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros.

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e das suas Controladas, assim como dos seus instrumentos financeiros. Elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada e corretores, principais fornecedores, transcorrem ao longo do mês.

² Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nota 2.6.3).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Risco de seguro e risco de flutuação dos custos odontológicos

O modelo de negócio da OdontoPrev é baseado na cobrança de mensalidades aos clientes, em contratos de médio e longo prazo, e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização dos serviços prestados junto à rede credenciada, e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores descritos a seguir:

Modelo de risco: implica em determinar quem arca com o custo do tratamento odontológico durante a vida do contrato, e classificam-se em pré-pagamento ou pós-pagamento.

O custo do tratamento odontológico pode ser suportado pela Companhia, pelo cliente ou compartilhado por ambos, de diversas formas. Quando a OdontoPrev arca total ou parcialmente com esse custo, a taxa mensal *per capita* embute a previsão atuarial desses, bem como as demais despesas administrativas e comerciais (pré-pagamento). Quando o cliente arca com o referido custo, a taxa mensal *per capita* cobrada inclui apenas as despesas administrativas e comerciais, sendo os honorários dos cirurgiões-dentistas repassados diretamente ao cliente (póspagamento).

O modelo de risco pré-pagamento tem sido a opção da grande maioria dos clientes, pois é mais previsível evitando oscilações não desejadas de custo ao longo do contrato.

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência odontológica contratada: (i) se em rede credenciada; (ii) se no cirurgião-dentista de sua livre escolha; ou (iii) se em unidades próprias de atendimento. Na rede credenciada o beneficiário recebe os serviços odontológicos de que necessita, dentro da cobertura a que tem direito, sem qualquer desembolso adicional, além de contar com a plena atuação dos sistemas de controle de qualidade e seleção dos profissionais. No sistema de livre escolha de profissionais, o beneficiário é atendido pelo profissional de sua preferência. O beneficiário deve efetuar o pagamento diretamente a este e, posteriormente, solicitar o reembolso dos valores gastos, nos limites de seu contrato. Quando a opção se dá pelo atendimento em unidades próprias, duas modalidades são possíveis: o plano odontológico propriamente dito, denominado pela ANS de segmento odontológico próprio, ou a locação de consultórios odontológicos exclusivos dentro do cliente.

No primeiro modelo, ocorre a definição de uma cobertura determinada e o pagamento pelo beneficiário de uma taxa mensal *per capita*. No segundo modelo, ocorre simplesmente o pagamento de um valor fixo por consultório, sem definição de cobertura, designação de beneficiários ou taxa *per capita*.

Modelo de adesão: determina se o grupo de beneficiários será vinculado de forma integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano, e como se dará o pagamento da taxa mensal *per capita*, ou seja, se será totalmente custeado pelo cliente pelo beneficiário, ou rateado por ambos, em diversas proporções.

Coberturas: é o conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano odontológico contratado. A regulamentação vigente determina uma cobertura odontológica mínima, definida pela ANS.

A cobertura mais comercializada é a do plano integral, que é superior à do plano odontológico mínimo, mas que não inclui as especialidades prótese, ortodontia e implantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fatores moderadores de utilização: regras de uso e acesso aos serviços odontológicos cobertos, os quais contribuem na definição do custeio desses serviços e evitam o uso predatório e abusivo do sistema. Os principais tipos empregados são: (i) co-participação, que consiste no pagamento pelo próprio beneficiário de uma parte do valor dos tratamentos efetivamente recebidos; (ii) carências, que consistem em períodos nos quais o beneficiário não poderá utilizar-se dos serviços cobertos por seu plano; e (iii) franquias, que consistem em patamares de valor por evento de tratamento odontológico de responsabilidade exclusiva dos beneficiários até o limite da franquia, a partir dos quais se inicia a cobertura efetiva do plano.

Os fatores moderadores estão presentes em diversas estruturas de planos odontológicos, sobretudo nos planos por adesão e para clientes individuais.

Honorários: são consideradas remunerações diferenciadas para os profissionais da rede credenciada, bem como diversos patamares de reembolso de livre escolha.

Adicionalmente, ao risco de seguros, o risco de flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos. Tais custos podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e maiores valores de materiais odontológicos.

Para controle destes a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, através de imagens e de análise do prontuário eletrônico do associado, monitorando assim os custos odontológicos por cliente.

Os contratos, de forma geral, possuem prazo médio de 24 meses, originalmente com cláusula de rescisão com aviso prévio de 90 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas (ou seja, custo de serviços dividido pela receita de vendas) e reajuste pela inflação conforme índice negociado com cada cliente.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos visando minimizar os riscos, bem como a manutenção do equilíbrio financeiro destes. Todos os procedimentos mencionados procuram minimizar eventuais perdas ou redução de margem de contribuição. Geralmente, é admitido que um índice de sinistralidade de até 60% permita uma margem capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia.

Conforme dados constantes da nota 18, o índice de sinistralidade consolidado foi de 46,1% em 30 de setembro de 2015 (45,4% em 30 de setembro de 2014) e a margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) de 45,1%, em 30 de setembro de 2015 (44,3% em 30 de setembro de 2014).

No quadro a seguir destacamos acréscimo/redução em margem de contribuição decorrentes das variações do índice de sinistralidade:

						Consolidado			
			Variações do índice de sinistralid						
	Período findo em 30 de se	tembro de 2015		Igual a 60%		Igual a 40%			
Receita de vendas	921.606	100,0%	921.606	100,0%	921.606	100,0%			
Custo de serviços¹	(424.780)	-46,1%	(552.964)	-60,0%	(368.642)	-40,0%			
Resultado bruto	496.826	53,9%	368.642	40,0%	552.964	60,0%			
Despesas de comercialização	(88.485)	-9,6%	(88.485)	-9,6%	(88.485)	-9,6%			
Margem de contribuição	408.341	44,3%	280.157	30,4%	464.479	50,4%			
¹ Exclui provisão de eventos oco	orridos e não avisados (PEO	NA).			,,				
(Redução)/Acréscimo em margo	em		(128.184)	-13,9 p.p	56.138	6,1 p.p			

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 Risco operacional - mercado de atuação (concorrência)

A Companhia opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo empresas do setor de assistência à saúde, principalmente as operadoras de seguro saúde, de planos médicos hospitalares, cooperativas odontológicas, entidades filantrópicas e operadoras exclusivamente odontológicas.

A OdontoPrev possui uma estratégia de comercialização diversificada, a qual possibilita comercializar seus produtos a uma faixa maior de grupos em potencial e de maneira mais eficiente, bem como os diversos canais de distribuição proporcionam flexibilidade para satisfazer as necessidades dos vários tipos de clientes. Comercializa planos odontológicos a empresas, associações e individuais por meio de: (i) equipe própria de vendas; (ii) corretores externos; (iii) parcerias comerciais e novos canais de distribuição; (iv) canais Bradesco.

Atualmente os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos são: (i) desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços; (ii) falta de alternativa do sistema público; (iii) crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas; (iv) oportunidades representadas pelo crescente interesse de novos canais de distribuição; e (v) regulamentação.

4.4 Risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico".

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Companhia mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Companhia manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Na nota 13 são descritas as regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e margem de solvência, conforme definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Companhia	Consolidado Consolidado			
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014		
Caixa	14	38	45	60		
Numerários em trânsito	10.235	7.668	10.356	7.797		
Bancos conta depósito	1.910	2.091	2.410	2.557		
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	3.108	2.032	3.261	2.199		
	15.267	11.829	16.072	12.613		

6. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)

		Compannia	Consolidado			
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014		
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	19.632	18.206	19.632	18.206		
Fundos de investimentos (não exclusivo)	-	4.813	2.101	7.248		
Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	262.165	216.613	274.269	227.641		
	281.797	239.632	296.002	253.095		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CDBs: referem-se a títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária (nota 4.1.1 (a)).

Fundos de investimentos: os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos públicos federais: referem-se a fundo exclusivo, o qual é administrado pelo Banco Bradesco S.A. e tem a gestão da carteira exercida pelo Bradesco *Asset Management*, em condições de mercado (nota 4.1.1 (b)).

Uma parcela do saldo das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2015, no montante de R\$73.333 (R\$70.846 em 31 de dezembro de 2014) pela Companhia e R\$75.434 (R\$73.305 em 31 de dezembro de 2014) no Consolidado está vinculada à ANS para garantia das provisões técnicas, de acordo com a RN 206/09, alterada pelas RNs 208/09, 290/12 e 322/13, sendo que não é obrigatória a constituição de garantias para PESL com vencimento inferior a 30 dias e para a PPCNG.

Composição da carteira de investimentos quanto aos prazos de vencimentos originais:

					Companhia
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósito bancário (CDBs)	-	-	3.396	16.236	19.632
Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	-	148.620	-	113.545	262.165
30 de setembro de 2015	-	148.620	3.396	129.781	281.797
31 de dezembro de 2014	4.813	62.415	43.815	128.589	239.632
					Consolidado
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósito bancário (CDBs)	-	-	3.396	16.236	19.632
Fundos de investimentos (não exclusivo)	2.101	-	-	-	2.101
Títulos públicos federais (fundo exclusivo)	-	148.620	-	125.649	274.269
30 de setembro de 2015	2.101	148.620	3.396	141.885	296.002
31 de dezembro de 2014	7.248	65.292	46.042	134.513	253.095

A movimentação da carteira de investimento está composta conforme abaixo:

				Companhia				Consolidado
_	CDBs	Fundos de investimentos	Títulos públicos federais		CDBs	Fundos de investimentos	Títulos públicos federais	Total
31 de dezembro de 2013	16.732	4.425	210.941	232.098	16.816	8.431	221.609	246.856
Incorporação Adcon	86	305	-	391	- 10.010	-	-	-
Aplicações	-	-	545.235	545.235	-	6.918	601.693	608.611
(-) Resgates	(221)	(336)	(564.365)	(564.922)	(219)	(8.641)	(621.542)	(630.402)
Rendimentos	1.609	419	24.802	26.830	1.609	540	25.881	28.030
31 de dezembro de 2014	18.206	4.813	216.613	239.632	18.206	7.248	227.641	253.095
Aplicações	6.060	-	345.960	352.020	6.060	-	375.319	381.379
(-) Resgates	(6.310)	(5.063)	(324.628)	(336.001)	(6.310)	(5.522)	(353.779)	(365.611)
Rendimentos	1.676	250	24.220	26.146	1.676	375	25.088	27.139
30 de setembro de 2015	19.632	-	262.165	281.797	19.632	2.101	274.269	296.002

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (empréstimos e recebíveis - clientes)

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Faturas a receber	131.582	130.555	132.641	132.320
Provisão para perdas sobre créditos	(29.860)	(34.706)	(30.057)	(35.357)
Contraprestações pecuniárias a receber	101.722	95.849	102.584	96.963
Notas de débito	1.777	2.154	1.777	2.154
	103.499	98.003	104.361	99.117

A seguir composições de créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento:

				Companhia				Consolidado
	Faturas e notas	Provisão para			Faturas e notas	Provisão para		
	de débito a	perdas sobre	30 de setembro	31 de dezembro	de débito a	perdas sobre	30 de setembro	31 de dezembro
Vencimento	receber	créditos	de 2015	de 2014	receber	créditos	de 2015	de 2014
A vencer	85.314	(1.439)	83.875	72.166	86.158	(1.439)	84.719	73.265
Vencidas até 30 dias	18.317	(3.219)	15.098	17.836	18.332	(3.219)	15.113	17.842
Vencidas de 31 a 90 dias	9.983	(5.457)	4.526	8.001	9.986	(5.457)	4.529	8.010
Vencidas acima de 90 dias	19.745	(19.745)	-	-	19.942	(19.942)	-	-
	133.359	(29.860)	103.499	98.003	134.418	(30.057)	104.361	99.117

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos e o saldo de contas a receber de clientes, líquidas são demonstrados na tabela a seguir:

		Companhia	Conso		
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	
Contraprestações pecuniárias a receber	133.359	132.709	134.418	134.474	
Faturas a receber	131.582	130.555	132.641	132.320	
Notas de débito	1.777	2.154	1.777	2.154	
Provisão para perdas sobre créditos	(29.860)	(34.706)	(30.057)	(35.357)	
Saldo no início do período	(34.706)	(36.307)	(35.357)	(37.168)	
Valor incorporação - Adcon	-	(150)	-	-	
Reversões (provisões) constituídas no período, líquidas	(22.509)	(32.966)	(22.586)	(32.980)	
Perdas	27.355	34.717	27.886	34.791	
(=) Contas a receber de clientes	103.499	98.003	104.361	99.117	
Adiantamentos de Clientes	(2.374)	(3.800)	(2.381)	(3.805)	
(=) Contas a receber de clientes, líquidas	101.125	94.203	101.980	95.312	

8. Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
IRPJ	22	26	3.909	4.429
CSLL	52	75	1.268	1.719
IRRF	974	1.288	1.954	2.414
PIS e COFINS	219	308	3.534	3.617
ISS	870	718	893	738
INSS	-	17	56	73
	2.137	2.432	11.614	12.990

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Realizável a longo prazo

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

				Companhia				Consolidado
		Debitado				Debitado		
	31 de dezembro	(creditado) no	30 de setembro	Expectativa de	31 de dezembro	(creditado) no	30 de setembro	Expectativa de
	de 2014	resultado	de 2015	realização	de 2014	resultado	de 2015	realização
Provisão para perda sobre créditos	12.880	(2.342)	10.538	até 12 meses	13.172	(2.484)	10.688	até 12 meses
Provisões para contingências fiscais,				acima de 12 meses				acima de 12 meses
previdenciárias, trabalhistas e cíveis	66.630	14.004	80.634	(nota 16.1 b)	66.732	14.016	80.748	(nota 16.1 b)
Ágio por expectativa de rentabilidade								
futura - Incorporadas	15.267	(14.280)	987	até 12 meses	15.267	(14.280)	987	até 12 meses
Outras provisões	10.406	(1.872)	8.534	até 12 meses	11.301	(2.004)	9.297	até 12 meses
	105.183	(4.490)	100.693		106.472	(4.752)	101.720	
Imposto de renda diferido	77.340	(3.301)	74.039		78.288	(3.494)	74.794	
Contribuição social diferida	27.843	(1.189)	26.654		28.184	(1.258)	26.926	

9.2 Depósitos judiciais

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fiscais	1.557	1.557	3.664	3.662
COFINS	-	-	1.889	1.889
Outros	1.557	1.557	1.775	1.773
Previdenciárias e trabalhistas	40.963	38.422	41.253	38.693
INSS	40.378	38.062	40.378	38.062
Outros	585	360	875	631
Cíveis	806	524	818	529
	43.326	40.503	45.735	42.884

9.3 Outros créditos a receber (realizável a longo prazo)

A Companhia e sua Controlada Clidec tiveram aprovadas as aquisições das empresas, para as quais foram revisados os procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas utilizados, sendo identificados casos que envolvem potenciais riscos (nota 12.1), que tem como contrapartida o valor registrado na rubrica "outras exigibilidades" (nota 16.2).

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
DentalCorp	1.214	992	1.214	992
Grupo Papaiz	-	-	1.322	1.323
	1.214	992	2.536	2.315

De acordo com contrato firmado entre os antigos sócios dessas empresas e a Companhia, esses sócios, em determinadas circunstâncias, garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia seja obrigada a efetuar. Os montantes registrados em outros créditos encontram-se garantidos em aplicações efetuadas em fundos de investimentos e CDBs em nome dos antigos sócios que somente poderão movimentar estas aplicações com autorização da Companhia e de suas Controladas, minimizando assim qualquer risco de crédito relativo a operação de aquisição do controle societário das empresas mencionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

									Companhia
					2015	Equivalêr	icia patrimonial	Saldo de investimentos	
		Quantidade de							,
		cotas/ações	Participação	Lucro do	Patrimônio	30 de setembro	30 de setembro	30 de setembro	31 de dezembro
Controladas	Capital social	possuidas	(%)	período	líquido	de 2015	de 2014	de 2015	de 2014
Rede Dental	1.162	1.162	99,9	1.206	4.695	1.205	2.536	4.695	7.490
Adcon	-	-	-	-	-	-	80	-	-
		Partici _i	pação em contro	ladas - rede d	dontológica	1.205	2.616	4.695	7.490
Clidec	12.790	12.790	99,9	392	17.256	392	1.010	17.254	17.864
OdontoPrev Serviços	2.278	2.278	99,9	1.643	10.917	1.641	725	10.818	9.274
			Participaçã	o em controla	das - outras	2.033	1.735	28.072	27.138
			Outras	participações	societárias	(1.766)	(1.083)	3.688	3.807
						1.472	3.268	36.455	38.435

11. Imobilizado

											Companhia
	Equiptos. de			Máquinas e	Móveis e	Equiptos. de	Equiptos.	Total de uso	Imobilizações	Outras imobilizações	<u> </u>
	computação	Veículos	Instalações	equiptos.	utensílios	comunicação	odontológicos	próprio	em curso	(benfeitorias)	Total
31 de dezembro de 2014	2.704	373	2.371	410	2.363	1.152	32	9.405	270	3.630	13.305
Aquisições	2.485	97	-	14	57	38	-	2.691	-	-	2.691
Depreciações	(907)	(91)	(188)	(51)	(279)	(107)	(16)	(1.639)	-	(606)	(2.245)
30 de setembro de 2015	4.282	379	2.183	373	2.141	1.083	16	10.457	270	3.024	13.751
Custo de aquisição	11.984	1.171	2.515	1.076	4.337	1.893	430	23.406	270	4.768	28.444
Depreciações acumuladas	(7.702)	(792)	(332)	(703)	(2.196)	(810)	(414)	(12.949)	-	(1.744)	(14.693)
30 de setembro de 2015	4.282	379	2.183	373	2.141	1.083	16	10.457	270	3.024	13.751
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10			20	
											Consolidado
										Outras	
	Equiptos. de			Máquinas e	Móveis e	Equiptos. de	Equiptos.	Total de uso	Imobilizações	imobilizações	
	computação	Veículos	Instalações	equiptos.	utensílios	comunicação	odontológicos	próprio	em curso	(benfeitorias)	Total
31 de dezembro de 2014	2.893	374	2.477	498	2.756	1.290	841	11.129	1.827	4.070	17.026
Aquisições	2.533	97	-	24	95	38	146	2.933	-	205	3.138
Depreciações	(929)	(99)	(202)	(59)	(325)	(119)	(113)	(1.846)	(28)	(678)	(2.552)
30 de setembro de 2015	4.497	372	2.275	463	2.526	1.209	874	12.216	1.799	3.597	17.612
Custo de aquisição	12.694	1,204	3.945	1.310	5.066	2.018	2.626	28.863	1.827	6.562	37.252
Depreciações acumuladas	(8.197)	(832)	(1.670)	(847)	(2.540)	(809)	(1.752)	(16.647)	(28)	(2.965)	(19.640)
30 de setembro de 2015	4.497	372	2.275	463	2.526	1.209	874	12.216	1.799	3.597	17.612
Taxa anual de depreciação (%)											

12. Intangível

12.1 Ágio na aquisição de investimentos

O ágio é alocado às unidades de negócio (UN) para fins de teste de *impairment*, as quais se beneficiam da combinação de negócios que o originou, conforme destacado a seguir:

	Dados hi	stóricos rela	itivos a aquisição					31 de dezembro
			e/ou aprovação	Data da		30 de set	tembro de 2015	de 2014
	Data	Valor total	Valor patrimonial	incorporação	Ágio	Amortização¹	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental	18/10/2009	723.392	313.752	01/07/2010	409.640	-	409.640	409.640
OdontoServ ²	27/02/2009	30.841	10.025	01/12/2009	20.816	-	20.816	20.816
Prontodente	22/12/2008	5.445	(235)	01/12/2009	5.680	-	5.680	5.680
Sepao	24/10/2008	9.203	82	01/12/2009	9.121	(303)	8.818	8.818
SRJSPE	26/06/2008	13.720	(130)	01/12/2008	13.850	(1.616)	12.234	12.234
Care Plus	19/06/2008	13.113	(230)	01/12/2008	13.343	(1.563)	11.780	11.780
Biodent	19/06/2008	2.837	98	01/12/2008	2.739	(319)	2.420	2.420
Rede Dental	08/10/2007	7.584	(119)	não incorporada	7.703	(1.544)	6.159	6.159
DentalCorp	09/02/2007	25.244	386	03/03/2008	24.858	(9.529)	15.329	15.329
Companhia		831.379	323.629		507.750	(14.874)	492.876	492.876
Easy	08/07/2008	3.100	456	não incorporada	2.644	(265)	2.379	2.379
G2D³	09/08/2012	750	416	não incorporada	334	-	334	334
Grupo Papaiz⁴	31/01/2013	5.487	780	não incorporada	4.707	-	4.707	4.707
Consolidado		840.716	325.281	_	515.435	(15.139)	500.296	500.296

¹ Amortização linear acumulada até 31 de dezembro de 2008. Após esta data são realizados teste de *impairment*.

² Inclui Adcon incorporada em 01 de maio de 2014.

³ Empresa coligada (nota 1).

⁴ Equivale a 60% da participação da empresa Clidec na Clidec Participações (nota 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O último teste de *impairment* foi realizado em 31 de dezembro de 2014, no qual foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado baseada na natureza da unidade geradora de caixa avaliada, na existência de controle financeiro e operacional histórico da UN, na disponibilidade de projeções financeiras e em discussões com a Administração. Não foram identificados indícios de *impairment* para estes ativos, desta forma, concluímos não ser necessária constituição de provisão para perda.

12.2 Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de software e outros

			Companhia		Consolidado
	Período de amortização	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Desenvolvimento de sistemas	60 meses	30.853	26.572	31.127	26.784
Licenças de uso de software	60 meses	13.264	11.660	14.933	13.376
Ativos intangíveis - OdontoServ	linear vida útil - laudo de avaliação	9.779	9.779	9.779	9.779
Outros		-	-	19	19
Amortizações acumuladas		(24.041)	(22.026)	(24.607)	(22.530)
		29.855	25.985	31.251	27.428

12.3 Movimentação do ativo intangível

			Companhia			Consolidado
		Desenvolvimento de	_		Desenvolvimento de	
	Ágio na aquisição de	sistemas e licença de		Ágio na aquisição de	sistemas e licença de	
	investimentos	uso de software e outros	Total	investimentos	uso de software e outros	Total
31 de dezembro de 2014	492.876	25.985	518.861	500.296	27.428	527.724
Adições e (baixas)	-	5.886	5.886	-	5.891	5.891
Amortizações	-	(2.016)	(2.016)	-	(2.068)	(2.068)
30 de setembro de 2015	492.876	29.855	522.731	500.296	31.251	531.547
Custo	507.750	53.897	561.647	515.435	55.849	571.284
Amortizações acumuladas	(14.874)	(24.042)	(38.916)	(15.139)	(24.598)	(39.737)
Saldo contábil, líquido	492.876	29.855	522.731	500.296	31.251	531.547

13. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com RN 209, alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 247/11, 313/12 e Instrução Normativa (IN) 50/12.

13.1 Recursos próprios mínimos

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital base.
- (b) A margem de solvência (MS) corresponde à suficiência (S) do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações, ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos.

Na tabela a seguir destacamos cálculo de PMA, MS e S:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Companhia
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Capital base	7.266	6.673
(x) Fator K¹	0,48%	0,48%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	35	32
, ,		
Patrimônio líquido contábil	629.828	642.030
Obrigações legais	66.365	77.696
Participações societárias em outras operadoras	(5.199)	(8.235)
Despesas diferidas	(12.009)	(11.398)
Despesas antecipadas	(1.853)	(855)
Intangível	(522.731)	(518.861)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	154.401	180.377
(A) 0,20 vezes da soma das contraprestações - últimos 12 meses	247.772	234.264
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - útimos 36 meses	150.688	143.959
Margem de solvência (MS) total = maior entre (A) e (B)	247.772	234.264
Suficiência total² (PLA - MS total)	(93.371)	(53.887)
MS exigida³ (%)	46,535%	41,000%
MS exigida³ (R\$)	115.301	96.048
Suficiência exigida (PLA - MS exigida)	39.100	84.329

¹ Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário, região 4 conforme anexo RN 209/09

13.2 Movimentação das provisões técnicas

Conforme CPC 11/IFRS 4 parágrafo 37 destacamos a seguir a movimentação das provisões relativas a eventos (passivos de seguros), bem como dos ativos diretamente relacionados aos contratos de seguros:

				Companhia				Consolidado
_	PPCNG	PESL	PEONA	DAC1	PPCNG	PESL	PEONA	DAC1
31 de dezembro de 2013	73.419	13.438	51.395	9.401	73.829	14.308	52.612	9.401
Eventos indenizáveis líquidos	-	473.593	-	-	-	476.031	-	-
Eventos pagos	-	(472.578)	-	-	-	(475.318)	-	-
Variação de PEONA	-	-	15.424	-	-	-	15.287	-
Contraprestações não ganhas	848.796	-	-	-	852.391	-	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(834.499)	-	-	-	(838.375)	-	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	-	25.282	-	-	-	25.282
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	-	(23.285)	-	-	-	(23.285)
31 de dezembro de 2014	87.716	14.453	66.819	11.398	87.845	15.021	67.899	11.398
Eventos indenizáveis líquidos	-	377.276	-	-	-	378.469	-	-
Eventos pagos	-	(377.878)	-	-	-	(379.288)	-	-
Variação de PEONA	-	-	6.032	-	-	-	6.111	-
Contraprestações não ganhas	957.040	-	-	-	968.755	-	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(948.253)	-	-	-	(959.996)	-	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	-	20.134	-	-	-	20.134
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	-	(19.523)	-	-	-	(19.523)
30 de setembro de 2015	96.503	13.851	72.851	12.009	96.604	14.202	74.010	12.009
-								

¹ Ativo diretamente relacionado a contratos de seguros.

² Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 313/12

³ Margem de solvência exigida conforme escala de diluição prevista na RN 313/12

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Tributos e contribuições a recolher (obrigações fiscais)

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Obrigações fiscais federais	6.641	4.389	6.788	4.490
IRPJ	4.882	2.725	4.983	2.776
CSLL	1.759	1.664	1.805	1.714
Demais obrigações federais	8.473	6.966	8.923	7.454
COFINS	2.424	2.520	2.613	2.702
PIS	1.606	867	1.646	914
IRRF	3.615	3.206	3.793	3.444
Outras	828	373	871	394
Obrigações fiscais estaduais	-	-	152	28
Obrigações fiscais municipais	1.574	1.616	1.877	1.981
	16.688	12.971	17.740	13.953

15. Outras contas a pagar

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Provisões diversas	19.846	18.002	20.519	18.341
Comissões	3.542	3.270	3.542	3.270
Suporte TI e atendimento	522	515	522	515
Telecomunicações	479	451	504	459
Serviços	1.584	1.397	2.103	1.602
Associações de classe	200	30	200	30
Locação	251	159	316	235
Viagens	341	275	380	318
Eventos indenizáveis e encargos	12.885	10.658	12.885	10.658
Materiais operacionais	-	1.135	-	1.135
Ações marketing	-	99	-	99
Seguros	42	13	66	20
Créditos a identificar	5.761	4.003	5.783	4.025
Outros	229	606	405	742
	25.836	22.611	26.707	23.108

16. Não circulante

16.1 Provisões para contingências

A Administração da Companhia constitui provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, e considera que os valores provisionados na rubrica "provisões para contingências", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. Os valores relativos a perdas possíveis não provisionados, referentes a 1041 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) e a 73 processos trabalhistas da Companhia e de suas Controladas, em 30 de setembro de 2015, totalizam o montante de R\$40.500 (R\$31.889 em 31 de dezembro de 2014).

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fiscais	1.394	1.394	2.566	2.567
Previdenciárias e trabalhistas	233.457	192.907	233.780	193.189
INSS	232.570	192.123	232.570	192.123
Outros	887	784	1.210	1.066
Cíveis	3.718	3.081	3.732	3.100
	238.569	197.382	240.078	198.856

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Companhia
_				30 de setem	bro de 2015	
_	P	revidenciário e t	rabalhista			31 de dezembro
Movimentações	Fiscal	INSS	Outros	Cíveis	Total	de 2014
Saldo inicial	1.394	192.123	784	3.081	197.382	147.864
Constituição	-	25.444	10	938	26.392	36.718
Baixas	-	-	(30)	(757)	(787)	(3.703)
Atualização monetária	-	15.003	123	456	15.582	16.391
Incorporação Adcon	-	-	-	-	-	112
Provisão	1.394	232.570	887	3.718	238.569	197.382
Depósitos judiciais	(1.557)	(40.378)	(585)	(806)	(43.326)	(40.503)
Provisão líquida	(163)	192.192	302	2.912	195.243	156.879
Quantidade de processos					238	190

						Concondado
_				30 de setem	bro de 2015	
_	Previdenciário e trabalhista					31 de dezembro
Movimentações	Fiscal	INSS	Outros	Cíveis	Total	de 2014
Saldo inicial	2.567	192.123	1.066	3.100	198.856	149.564
Constituição	-	25.444	125	937	26.506	37.079
Baixas	-	-	(137)	(757)	(894)	(4.183)
Atualização monetária	-	15.003	156	451	15.610	16.396
Provisão	2.567	232.570	1.210	3.731	240.078	198.856
Depósitos judiciais	(3.664)	(40.378)	(875)	(818)	(45.735)	(42.884)
Provisão líquida	(1.097)	192.192	335	2.913	194.343	155.972
Quantidade de processos					257	207

Consolidado

(a) Fiscais:

O passivo relacionado às contingências fiscais em discussão judicial é mantido até o trânsito em julgado da ação (decisão definitiva sem que caiba mais recurso pelas partes).

A Companhia e sua Controlada Clidec, através de ação judicial, pleitearam a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC7/70, e não na forma preconizada pela Lei 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos com base na alíquota de 3%. Houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS.

(b) Previdenciárias e trabalhistas:

(i) INSS

A Companhia e sua Controlada Rede Dental discutem judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC 84/96 e, após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição. Vale mencionar que a Bradesco Dental já possuía processo judicial com o mesmo objeto, tendo realizado depósitos judiciais até julho de 2010, data da incorporação societária pela Companhia, oportunidade em que esta assumiu o polo ativo da referida demanda. Em dados consolidados, em 30 de setembro de 2015, tais obrigações estão totalmente contabilizadas no montante de R\$232.570 (R\$192.123 em 31 de dezembro de 2014), para os quais foram realizados depósitos judiciais atualizados monetariamente de R\$40.378 (R\$38.062 em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Outras

A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; (v) indenizações. Em 30 de setembro de 2015 o montante total provisionado é de R\$1.210 (R\$1.066 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Contingências cíveis:

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto, em sua grande maioria, é a indenização por danos materiais e morais, totalizando em 30 de setembro de 2015 o montante de R\$3.731 (R\$3.100 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Autos de infração stock options

Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, abaixo resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os administradores e empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012.

- (i) Créditos tributários referente a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, cumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes de R\$23.113 (Contribuição da Empresa e GILRAT/SAT) e R\$3.735 (Terceiros). A probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível.
- (ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda na Fonte (IRRF), relativas aos anoscalendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$14.425. A probabilidade julgada pela Administração, baseada também na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda remota.

A Companhia protocolou, em 02 de outubro de 2015, impugnação contestando os valores exigidos na autuação fiscal acima comentada.

16.2 Outras exigibilidades

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
DentalCorp	1.094	960	1.094	960
Grupo Papaiz	-	-	1.323	1.323
	1.094	960	2.417	2.283

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$506.557, dividido em 531.294.792 ações ordinárias, sem valor nominal.

Conforme artigo 8º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a emissão de até 80.000.000 ações, sem reforma estatutária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A cotação de fechamento das ações da Companhia (ODPV3 - BM&FBOVESPA) em 30 de setembro de 2015 correspondeu a R\$9,55 (R\$9,86 por ação em 31 de dezembro de 2014). O valor patrimonial da ação em 30 de setembro de 2015 foi de R\$1,19 (R\$1,21 por ação em 31 de dezembro de 2014).

17.2 Reservas de capital

	Co	mpanhia e Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ágio na emissão de ações	48.392	48.392
Opções outorgadas	25.035	16.385
Outorga de opções de ações diferidas	(11.840)	(6.848)
Capital adicional integralizado	(34.708)	(35.970)
	26.879	21.959

Opções outorgadas: saldos da 4ª, 5ª e 6ª e montante estimado da 7ª, 8ª e 9ª outorgas de opções, utilizando a metodologia de cálculo *Black & Scholes*.

Outorga de opções de ações diferidas: montante estimado da 7ª, 8ª e 9ª outorgas de opções a ser apropriado pelo período de *vesting.*

Capital adicional integralizado: montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo *Black & Scholes* e o montante de exercício da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª outorga de opções.

17.3 Reservas de lucros

	Сог	mpanhia e Consolidado
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reserva legal	55.588	55.588
Reserva estatutária	40.087	40.087
Reserva de incentivos fiscais	129	129
	95.804	95.804

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária: conforme Estatuto Social vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: i) abatimento de prejuízos, se houver; ii) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, iii) dividendo obrigatório mínimo de 50% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas, e iv) constituição de reserva estatutária, referente ao saldo remanescente, podendo ser deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos além dos dividendos obrigatórios.

17.4 Ações em tesouraria

Em 25 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 6.202.418 ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear 100% as opções de compra de ações outorgadas em 2011 (5ª), 2012 (6ª) e 2013 (7ª), o qual foi concluído em 03 de novembro de 2014 após aquisição de 5.294.627 ações e cancelamento de 907.791 opções face a desligamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de ações em tesouraria 30 de setembro de 2015 é de R\$33.220 equivalente a 3.655.559 ações (R\$36.784 referentes a 4.047.794 ações em 31 de dezembro de 2014). A cotação média de aquisição das ações foi de R\$9,09.

17.5 Deliberações

No quadro a seguir destacamos, os montantes deliberados a título de dividendos e juros sobre capital próprio:

						Companhia
			Deliberação	_		Competência
			Provento por	Data do		
Aprovação	Tipo	Data	ação (R\$)	pagamento	2015	2014
RCA	Juros sobre capital próprio	27/03/2014	0,01609	10/04/2014	-	8.545
RCA	Juros sobre capital próprio	24/06/2014	0,01632	10/07/2014	-	8.671
RCA	Juros sobre capital próprio	16/09/2014	0,01479	08/10/2014	-	7.832
RCA	Juros sobre capital próprio	16/12/2014	0,01478	07/01/2015	-	7.793
RCA	Juros sobre capital próprio	12/03/2015	0,01495	09/04/2015	7.884	-
RCA	Juros sobre capital próprio	11/06/2015	0,01874	07/07/2015	9.881	-
RCA	Juros sobre capital próprio	16/09/2015	0,01834	05/10/2015	9.674	-
			Juros sobre ca	apital próprio	27.439	32.841
RCA	Dividendos intercalares	29/04/2014	0,09376	04/06/2014	-	49.809
RCA	Dividendos intercalares	29/07/2014	0,07361	03/09/2014	-	39.104
RCA	Dividendos intercalares	28/10/2014	0,07057	03/12/2014	-	37.333
RCA	Dividendos intercalares	29/04/2015	0,11364	03/06/2015	59.932	-
RCA	Dividendos intercalares	29/07/2015	0,07535	03/09/2015	39.740	-
			Dividendos	intercalares	99.672	126.246
AGO	Dividendo adicional proposto	06/04/2015	0,10333	06/05/2015		54.494
			Dividendos adicio	nal proposto		54.494
			Total de provento	s deliberados	127.111	213.581

RCA = Reunião do Conselho de Administração

AGO = Assembleia Geral Ordinária

Dividendo adicional proposto: conforme AGO realizada em 06 de abril de 2015 foi aprovado o dividendo complementar de R\$54.494, sendo composto por R\$25.886 de parte do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$28.608 de saldo existente em reserva estatutária que foi pago em 06 de maio de 2015.

17.6 Programa de outorga de opção de compra de ações

A AGE de 19 de abril de 2007 aprovou a criação de Plano de opção de compra de ações (Plano), nos termos do artigo 19 - XVIII do Estatuto Social, destinado aos empregados e Administradores da Companhia e de suas Controladas, o qual foi alterado através da AGE de 20 de maio de 2015. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que terá poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. As opções outorgadas através do Plano ficam limitadas a 5% do capital total.

Para as outorgas de 2007 a 2014 (1ª a 8ª outorgas) o preço de exercício será corrigido monetariamente pelo IGP-M, índice de preços divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período entre a data de celebração dos contratos de opção e a data dos respectivos exercícios, deduzidas as remunerações efetuadas aos acionistas ocorridas no período. A partir da outorga de 2015 (9ª outorga) tal correção deixa de ser aplicada.

As opções poderão ser exercidas a partir de 3 anos, contados da data de celebração do respectivo Instrumento de Outorga (período de *vesting*).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Respeitado o prazo máximo de 6 (1ª a 8ª outorgas) e 5 (9ª outorga) anos para o exercício e o período de cada exercício, os beneficiários poderão exercer as opções, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia, com 1 mês de antecedência de cada RCA, previstos no calendário de eventos corporativos, ou outro prazo comunicado previamente ao beneficiário.

Durante o prazo de 3 anos (1ª a 8ª outorga) e de 2 anos (9ª outorga) a contar da data de exercício da opção, os beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações calculado de acordo com fórmula definida contratualmente.

A seguir relacionamos as nove outorgas do plano de opção de compra de ações concedidas de 2007 a 2015, bem como o valor justo do benefício constituído, estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*.

								Outorgas			Valor just	o unitário do
						Original	Após desdo	bramentos²		Volatilidade	b	enefício (R\$)
		Data da				Valor da		Valor da	Taxa livre	anualizada		Na outorga
Ν°	Ano	aprovação	Recomendação¹	Aprovação	Quantidade	opção	Quantidade ³	opção	de risco (%)	esperada (%)	Na outorga	após <i>split</i> ¹
1ª	2007	02/08/2007	DP	CA	221.859	44,85	2.662.308	3,74	11,3	33,9	20,18	1,68
2ª	2008	28/02/2008	DP	CA	353.494	32,42	4.241.928	2,70	11,4	24,3	19,72	1,64
3ª	2009	25/03/2009	DP	CA	255.002	17,60	3.060.024	1,47	9,3	40,6	14,17	1,18
4ª	2010	11/08/2010	CRH	CA	698.707	12,93	2.096.121	4,31	4,0	26,6	7,00	2,33
5ª	2011	20/09/2011	CRH	CA	583.815	20,87	1.751.445	6,96	5,3	30,1	13,23	4,41
6ª	2012	20/09/2012	CRH	CA	1.609.097	8,22	1.609.097	8,22	0,4	36,1	5,01	5,01
7ª	2013	20/08/2013	CRH	CA	3.000.000	7,44	3.000.000	7,44	5,1	36,2	3,66	3,66
8ª	2014	25/02/2014	DP	CA	228.497	7,30	228.497	7,30	5,7	33,4	3,25	3,25
9ª	2015	26/05/2015	CRH	CA	2.679.397	10,79	2.679.397	10,79	12,9	28,2	4,43	4,43
							21.328.817					

DP = Diretor Presidente / CRH = Comite de Recursos Humanos

O custo máximo, na data da outorga, de remuneração provenientes desses programas de outorga de compra de ações era de R\$59.330 em 30 de setembro de 2015.

Foi reconhecido como despesa com planos de opções de ações em função do decurso de prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$5.470 em 30 de setembro de 2015 (R\$6.468 em 30 de setembro de 2014).

O Conselho de Administração aprovou a alienação de 10.692.882 ações, em razão do exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano, referente as outorgas de 2007 a 2012 (1ª a 6ª).

			Inío	io do período	Cancelamentos		Opçõe	es exercidas	Final do período	
Ano	Elegíveis	Opções	Valor justo da opção	Custo máximo (R\$ mil)	Elegíveis desligados	Opções canceladas	Elegíveis	Opções exercidas	Elegíveis	Opções existentes
2007	31	2.662.308	1,68	4.477	10	989.304	21	1.673.004	-	-
2008	46	4.241.928	1,64	6.970	9	977.544	37	3.264.384	-	-
2009	51	3.060.024	1,18	3.614	10	839.916	41	2.220.108	-	-
2010	47	2.096.121	2,33	4.894	8	199.803	38	1.876.318	1	20.000
2011	45	1.751.445	4,41	7.726	7	221.174	35	1.417.068	3	113.203
2012	51	1.609.097	5,01	8.055	12	358.112	7	242.000	32	1.008.985
2013	52	3.000.000	3,66	10.994	9	509.859	-	-	43	2.490.141
2014	1	228.497	3,25	742	-	-	-	-	1	228.497
2015	47	2.679.397	4,43	11.858					47	2.679.397
	_	21.328.817		59.330	_	4.095.712	_	10.692.882	_	6.540.223

¹ Nas sete primeiras outorgas Randal Luiz Zanetti (ex Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração desde 01 de abril de 2014) foi voluntariamente não beneficiário.

² Desdobramentos de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012.

³ A quantidade total outorgada de 21.328.817 ações representa 4% do capital total de 531.294.792 ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Segmentos operacionais

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (a) Corporativo: clientes com porte acima de 200 beneficiários;
- (b) PME/SPG: clientes entre 3 a 199 vidas;
- (c) Individual: planos mensais e anuais comercializados à pessoas físicas;
- (d) Outros: segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo: (i) atendimento odontológico em consultórios próprios através da Clidec; (ii) serviços administrativos e consultivos prestados pela OdontoPrev Serviços; (iii) aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada por intermédio da Dental Partner; (iv) desenvolvimento de programas de computação por meio da Easy.

A seguir destacamos a margem de contribuição por segmento operacional da Companhia e de suas Controladas:

										Companhia
		ORPORATIVO		PME/SPG	ī	INDIVIDUAL	-	OUTROS		TOTAL
	Período findo em 3	30 de setembro de	Período findo em 3	0 de setembro de	Período findo em 3	30 de setembro de	Período findo em 3	0 de setembro de	Período findo em 3	0 de setembro de
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contraprestações líquidas	699.942	654.599	123.827	106.695	124.484	113.494	-	-	948.253	874.788
Tributos diretos de operações com planos										
de assistência à saúde	(25.049)	(23.537)	(5.382)	(4.655)	(6.329)	(5.702)	-	-	(36.760)	(33.894)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Impostos sobre vendas de bens e serviços								-		
RECEITA DE VENDAS	674.893	631.062	118.445	102.040	118.155	107.792		(38)	911.493	840.856
Custo de serviços¹	(340.123)	(313.315)	(46.779)	(38.145)	(31.098)	(29.944)	-	-	(418.000)	(381.404)
RESULTADO OPERACIONAL	334.770	317.747	71.666	63.895	87.057	77.848		(38)	493.493	459.452
Despesas de comercialização	(41.054)	(38.154)	(16.098)	(14.226)	(31.296)	(28.501)	-	-	(88.448)	(80.881)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	293.716	279.593	55.568	49.669	55.761	49.347		(38)	405.045	378.571
Margem x receita de vendas (%)	43,5	44,3	46,9	48,7	47,2	45,8	_	100.0	44,4	45,0
Margem x total (%)	72,5	73,9	13,7	13,1	13,8	13,0	_	(0,0)	100,0	100,0
margoni x total (%)	72,0	70,0	10,1	10,1	10,0	10,0		(0,0)	100,0	100,0
Principals ativos alocados por segmento:										
Faturas a receber	100.875	80.569	5.243	4.673	25.464	39.358	-	-	131.582	124.600
Notas de débito	1.777	1.645	-	-	-	-	-	-	1.777	1.645
Provisão para perdas sobre créditos	(12.647)	(13.425)	(988)	(1.101)	(16.225)	(21.338)	-	-	(29.860)	(35.864)
Ativos alocados por segmento	90.005	68.789	4.255	3.572	9.239	18.020	_	-	103.499	90.381
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	15.267	18.516
Ativos financeiros ao valor justo por meio									204 707	225 004
do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	281.797 12.009	235.981 9.918
Despesas de comercialização diferidas	-	-	-	-	-	-	-	-		
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	2.137 5.608	6.416 4.787
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-		
Despesas antecipadas									1.853 145.314	1.454 147.659
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-		
Investimentos Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	36.455 13.751	35.664 13.685
	-	-	-	-	-	-	-	-		
Intangível Ativos não alocados									522.731 1.036.922	519.683 993.763
TOTAL DOS ATIVOS									1.140.421	1.084.144

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	co	RPORATIVO		PME/SPG		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTA
	Período findo em 30		Período findo em 30		Período findo em 3		Período findo em 30		Período findo em 30	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	201
Contraprestações líquidas	711.685	669.160	123.827	106.695	124.484	113.494		-	959.996	889.34
Tributos diretos de operações com planos										
de assistência à saúde	(25.717)	(24.325)	(5.382)	(4.655)	(6.329)	(5.702)	-	-	(37.428)	(34.682
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	5.558	5.214	5.558	5.21
Impostos sobre vendas de bens e serviços				-		-	(6.520)	(6.278)	(6.520)	(6.278
RECEITA DE VENDAS	685.968	644.835	118.445	102.040	118.155	107.792	(962)	(1.064)	921.606	853.60
Custo de serviços¹	(346.903)	(319.603)	(46.779)	(38.145)	(31.098)	(29.944)	-	-	(424.780)	(387.692
RESULTADO OPERACIONAL	339.065	325.232	71.666	63.895	87.057	77.848	(962)	(1.064)	496.826	465.91
Despesas de comercialização	(41.091)	(38.506)	(16.098)	(14.226)	(31.296)	(28.501)	=	-	(88.485)	(81.233
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	297.974	286.726	55.568	49.669	55.761	49.347	(962)	(1.064)	408.341	384.67
Margem x receita de vendas (%)	43,4	44.5	46.9	48.7	47.2	45,8	100.0	100.0	44.3	45.
Margem x total (%)	73,0	74,5	13,6	12,9	13,7	12,8	(0,2)	(0,3)	100,0	100,
Principais ativos alocados por segmento:										
Faturas a receber	101.934	82.355	5.243	4.673	25.464	39.358	-	_	132.641	126.38
Notas de débito	1.777	1.645	-	-	-	-	-	-	1.777	1.64
Provisão para perdas sobre créditos	(12.844)	(14.056)	(988)	(1.101)	(16.225)	(21.338)		-	(30.057)	(36.49
Ativos alocados por segmento	90.867	69.944	4.255	3.572	9.239	18.020		-	104.361	91.53
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	_	-	-	_	16.072	19.28
Ativos financeiros ao valor justo por meio										
do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	296.002	249.43
Despesas de comercialização diferidas	-	-	-	-	-	-	-	-	12.009	9.91
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	11.614	17.34
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	8.254	7.39
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	897	1.00
Despesas antecipadas									1.871	1.48
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	150.072	152.46
nvestimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	5.758	5.14
mobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	17.612	17.34
ntangível		<u> </u>		-				-	531.547	528.44
Ativos não alocados		<u>-</u>						-	1.051.708	1.009.26
TOTAL DOS ATIVOS									1.156.069	1.100.80

19. Contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde (receita de vendas)

As contraprestações líquidas, segundo o plano de contas da ANS, adicionadas as receitas de vendas de bens e serviços e tributos incidentes equivalem-se à receita de vendas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Possuem contrapartida junto ao ativo circulante, na conta "créditos com operações com planos de assistência à saúde" e "outros créditos a receber", respectivamente:

_		Compannia	Consolidado		
	Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30 de setembro d		
	2015	2014	2015	2014	
Contraprestações líquidas	948.253	874.788	959.996	889.349	
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(36.760)	(33.894)	(37.428)	(34.682)	
Venda de bens e serviços	-	(38)	5.558	5.214	
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(6.520)	(6.278)	
	911.493	840.856	921.606	853.603	

20. Eventos indenizáveis líquidos (custo de serviços)

As remunerações estipuladas em contratos com a rede credenciada de cirurgiões-dentistas, bem como os reembolsos efetuados aos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada equivalem aos eventos indenizáveis registrados no resultado em contrapartida à conta PESL no passivo circulante. Adicionando-se aos eventos os totais de encargos sociais sobre serviços, materiais odontológicos, e outras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesas operacionais apuramos o custo de serviços:

		Companhia		Consolidado
	Período findo em 30	de setembro de	Período findo em 30	de setembro de
	2015	2014	2015	2014
Eventos indenizáveis líquidos	(377.276)	(345.125)	(378.469)	(347.030)
Encargos sociais sobre serviços	(24.991)	(23.887)	(25.152)	(24.068)
Materiais odontológicos	(7.327)	(6.937)	(4.726)	(3.683)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.406)	(5.455)	(16.433)	(12.911)
Materiais operacionais	(5.741)	(3.825)	(5.768)	(3.865)
Unidades próprias	-	-	(7.758)	(7.401)
(Provisões)/reversões	(2.665)	(1.630)	(2.907)	(1.645)
Variação da PEONA	(6.032)	(6.826)	(6.111)	(6.596)
	(424.032)	(388.230)	(430.891)	(394.288)

21. Despesas de comercialização (despesas com vendas)

Correspondem às comissões incorridas junto às corretoras independentes e a outros canais de distribuição. Em 30 de setembro de 2015 totalizaram R\$88.448 e R\$88.485 (R\$80.881 e R\$81.233 em 30 de setembro de 2014), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

22. Despesas gerais e administrativas

_		Companhia		Consolidado
	Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30	de setembro de
	2015	2014	2015	2014
Pessoal e serviços de terceiros	(94.018)	(87.303)	(84.450)	(79.759)
Localização e funcionamento	(20.666)	(21.467)	(24.709)	(25.395)
Taxas e tributos	(3.842)	(3.086)	(3.951)	(3.131)
Publicidade e propaganda	(6.563)	(6.998)	(6.800)	(7.295)
Viagens, impressos e assinaturas	(3.294)	(4.273)	(3.789)	(4.611)
Depreciações e amortizações	(4.261)	(3.761)	(4.620)	(4.062)
Outras	(3.657)	1.105	(5.129)	718
_	(136.301)	(125.783)	(133.448)	(123.535)

23. Resultado financeiro

		Companhia	Consolidado		
	Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30 de setembro de		
	2015	2014	2015	2014	
Rendimentos de aplicações financeiras	26.146	20.351	27.139	21.217	
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	2.316	2.130	2.316	2.130	
Outras	1.322	1.871	1.868	2.164	
Receitas financeiras	29.784	24.352	31.323	25.511	
Reversão dos juros sobre capital próprio	27.439	25.048	27.439	25.048	
Tarifas bancárias	(1.666)	(1.701)	(1.691)	(1.738)	
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(15.582)	(11.595)	(15.610)	(11.598)	
Juros sobre o capital próprio	(27.439)	(25.048)	(27.439)	(25.048)	
Outras despesas financeiras	(500)	(298)	(582)	(430)	
Despesas financeiras	(45.187)	(38.642)	(45.322)	(38.814)	
	12.036	10.758	13.440	11.745	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social

		Companhia		Consolidado
	Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30	de setembro de
	2015	2014	2015	2014
Base de cálculo IRPJ e CSLL	242.904	222.462	245.809	225.386
(x) Alíquota vigente (%)	34	34	34	34
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(82.587)	(75.637)	(83.575)	(76.631)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:				
Equivalência patrimonial	501	1.111	-	-
Provisão para contingências	(14.004)	(12.234)	(14.013)	(12.186)
Provisão para perdas sobre créditos	2.342	(929)	2.484	(911)
Perdas sobre créditos indedutíveis	(2.440)	(215)	(2.440)	(215)
Provisões diversas	(632)	(865)	(503)	(844)
Amortização do ágio	14.280	21.580	14.280	21.580
Juros sobre capital próprio	9.329	8.516	9.329	8.516
Outorga de opções de ações	(1.860)	(2.199)	(1.860)	(2.199)
Outras	(1.637)	(2.171)	(2.834)	(2.674)
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(76.708)	(63.043)	(79.132)	(65.564)
Despesa de IRPJ e CSLL diferidos	(5.277)	(8.125)	(5.539)	(8.186)
Despesa de IRPJ e CSLL	(81.985)	(71.168)	(84.671)	(73.750)
Alíquota efetiva	-33,8%	-32,0%	-34,4%	-32,7%

25. Lucro por ação

(a) Básico

			P	eríodo findo em	
	ju	ilho a setembro	janeiro a setembro		
	2015	2014	2015	2014	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	43.482	45.165	160.919	151.294	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	527.428	530.105	527.335	531.081	
Lucro diluído por ação (R\$)	0,08244	0,08520	0,30516	0,28488	

(b) Diluído

<u> </u>			Per	íodo findo em	
	julho a setembro		janeir	janeiro a setembro	
	2015	2014	2015	2014	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	43.482	45.165	160.919	151.294	
Ações ordinárias (em milhares)					
Quantidade média ponderada de ações emitidas	527.428	530.105	527.335	531.081	
Ajuste de opções de compra de ações (nota 17.6)	6.540	4.441	6.540	4.441	
Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação	533.968	534.546	533.875	535.522	
Lucro diluído por ação (R\$)	0,08143	0,08449	0,30142	0,28252	

26. Compromissos

A Companhia e suas Controladas possuem compromissos relativos a contratos de locação de imóvel comercial de seus escritórios executivos e clínicas odontológicas, com os respectivos vencimentos abaixo:

	Companhia	Consolidado
Até um ano	2.952	5.121
Acima de um ano até cinco anos	6.833	9.499
	9.785	14.620

Todos os contratos são canceláveis mediante multa rescisória.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Partes relacionadas

As operações entre a Companhia e suas Controladas consistem em contratos de prestação de serviços administrativos e de credenciamento no fornecimento de serviços, prestação de serviços de assistência odontológica, prestação de serviços de informática e fornecimento de produtos odontológicos cujos valores, prazos e taxas foram negociados e aplicados em condições similares às contratadas com partes não relacionadas, e são demonstradas a seguir:

				OdontoPrev		Dental	
Ativo/(Passivo)	<u>Natureza</u>	OdontoPrev	Clidec	Serviços	Easy	Partner	Rede Dental
Outros créditos a receber	Serviços administrativos	-	-	-	-	667	-
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(667)	-	-	-	-	-
Receita/(Despesa)							
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	70	-	-	-	-	-
	Material e serviços odontológicos,						
Vendas de bens e serviços	serviços administrativos	-	9.405	27.968	-	7.339	-
Eventos indenizáveis líquidos	Serviços odontológicos	(4.451)	-	-	-	-	-
Materiais odontológicos	Materiais odontológicos	(7.335)	(3)	-	-	-	-
Administrativas	Serviços administrativos	(32.757)	-	(49)	(60)	-	(127)
30 de setembro de 2015	=	(44.473)	9.402	27.919	(60)	7.339	(127)
31 de dezembro de 2014	_	(55.416)	11.623	35.039	(72)	8.989	(163)

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da OdontoPrev, faz parte. Tais operações são relacionadas a seguir:

<u>Ativo/(Passivo)</u>	Grupo Bradesco
Disponibilidades	3.332
Aplicações financeiras	274.269
Contraprestações pecuniárias a receber	6.066
Faturamento antecipado	(6.066)
Fornecedores de seviços	5.923
Receita/(Despesa)	
Contraprestações líquidas	51.594
Outras despesas operacionais	(8.278)
Receitas financeiras	22.406
Despesas financeiras	(1.343)
30 de setembro de 2015	64.378

A Companhia também possui contrato de distribuição de planos de saúde odontológicos com o Banco Bradesco, pelo prazo de 10 anos, e contratou-o como agente escriturador de suas ações. Pelos serviços de escrituração foram pagos R\$24 até 30 de setembro de 2015 (R\$23 até 30 de setembro de 2014).

Em 2014 foram pagos R\$24 a Bradesco Corretora a título de corretagem quando da recompra das ações de própria titularidade da Companhia. Até 30 de setembro de 2015 não foram realizados pagamentos à Bradesco Corretora.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, às transações mencionadas a Companhia, através de sua Controlada Clidec, mantém um contrato de locação comercial, por prazo indeterminado, de imóvel situado a Avenida Paulista, nº 2.444, conjunto 151, com o Sr. Artemio Luiz Zanetti, pai de Randal Luiz Zanetti, que totalizou R\$27 em 30 de setembro de 2015 (R\$26 em 30 de setembro de 2014).

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 30 de setembro de 2015, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$5.337 (R\$6.094 em 30 de setembro de 2014) e R\$6.404 (R\$7.977 em 30 de setembro de 2014), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

A remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, segregada entre seus componentes fixos e variáveis, estão assim compostos:

	Período findo em 30 de setembro de			
	2015	2014		
Diretoria Estatutária	4.768	4.052		
Pró-labore	3.055	2.625		
Benefícios	192	131		
Gratificações	32	-		
Bônus	1.489	1.296		
Conselho de Administração	1.076	1.030		
Pró-labore	1.076	1.030		
Conselho Fiscal	224	214		
Pró-labore	224	214		
	6.068	5.296		

Os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de outorga (nota 17.6):

	Iníci	o do período	Cai	Cancelamentos		Opções exercidas		al do período
_			Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	desligados	canceladas	Elegíveis	exercidas	Elegíveis	existentes
2007	6	1.285.488	3	584.424	3	701.064	-	-
2008	5	1.397.592	2	488.916	3	908.676	-	-
2009	7	1.378.356	3	678.084	4	700.272	-	-
2010	5	787.521	-	-	5	787.521	-	-
2011	5	533.829	1	126.934	4	406.895	-	-
2012	7	617.288	1	100.000	1	104.000	5	413.288
2013	7	1.202.331	1	212.264	-	-	6	990.067
2014	1	228.497	-	-	-	-	1	228.497
2015	7	1.160.215	-	-	-	-	7	1.160.215
		8.591.117	=	2.190.622	· -	3.608.428		2.792.067

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2015 e de 2014 e em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros

A política da Companhia e de suas Controladas é manter cobertura de seguros em face dos riscos envolvidos, conforme destacado:

	Consolidado
	30 de setembro de 2015
Prédio	43.450
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	22.601
Danos materiais	66.051
Lucros cessantes	146.370
Responsabilidade civil administradores e diretores	60.000
	272.421

29. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 30 de setembro de 2015 e de 2014, a Companhia e suas Controladas não operaram diretamente e nem apresentavam posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

30. Eventos subsequentes

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 28 de outubro de 2015 foi aprovada distribuição de R\$33.807 a titulo de dividendos antecipados referentes ao exercício de 2015, a serem pagos em 03 de dezembro de 2015.